

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MAX ANDRÉ ANTONIO RODRIGUES

A (IN) SEGURANÇA SILENCIOSA NOS CÂMPUS UNIVERSITÁRIOS: ESTUDO
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

Uberaba

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MAX ANDRÉ ANTONIO RODRIGUES

A (IN) SEGURANÇA SILENCIOSA NOS CÂMPUS UNIVERSITÁRIOS: ESTUDO
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração Pública (PROFIAP) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Administração Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Daniela de Castro Melo.

Uberaba

2019

**Catálogo na fonte: Biblioteca da Universidade Federal do
Triângulo Mineiro**

R614i Rodrigues, Max André Antonio
A (in)segurança silenciosa nos câmpus universitários – um estudo
na Universidade Federal do Triângulo Mineiro / Max André Antonio
Rodrigues. --
2019.
116 f. : il., fig., graf., tab.

Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) --
Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2019
Orientadora: Profa. Dra. Daniela de Castro Melo

1. Administração pública. 2. Segurança pública. 3. Universidades e
faculdades. 4. Avaliação de riscos. I. Melo, Daniela de Castro. II. Uni-
versidade Federal do Triângulo Mineiro. III. Título.

CDU 35

**A (IN) SEGURANÇA SILENCIOSA NOS CÂMPUS UNIVERSITÁRIOS: ESTUDO
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração Pública (PROFIAP) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Administração Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Daniela de Castro Melo.

Uberaba, 25 de abril de 2019.

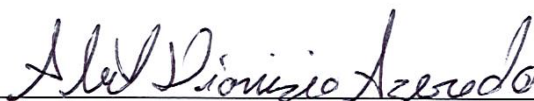
BANCA EXAMINADORA



Prof.^ª. Dr.^ª. Daniela de Castro Melo – Orientadora
Universidade Federal do Triângulo Mineiro



Prof. Dr. Elcio Arruda
Universidade de Uberaba



Prof. Dr. Abel Dionizio Azeredo
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas do meu convívio que, de alguma forma, deram-me forças nos momentos em que precisei; à Universidade Federal do Triângulo Mineiro pelo suporte e incentivo que sempre me forneceram e à minha avó Marina por tudo que fez por mim.

Nenhuma sociedade que esquece a arte de questionar pode esperar encontrar respostas para os problemas que a afligem.

Zygmunt Bauman

RESUMO

A segurança pública é um dos principais problemas sociais do Brasil e incide em todas as esferas da sociedade, inclusive nas Universidades. O principal objetivo desta pesquisa foi realizar um diagnóstico da segurança institucional na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), com o intuito de subsidiar o desenvolvimento e a implantação de uma política de segurança na universidade. Além disso, teve como objetivo específico analisar a política de segurança de outras universidades federais que possuem uma política de segurança consolidada, como são os casos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Trata-se de um estudo de caso, com pesquisa bibliográfica, documental, entrevista semiestruturada e grupo focal, constituindo um estudo qualitativo, descritivo e uma pesquisa aplicada. A coleta de dados consistiu em entrevistas com os responsáveis pela segurança de universidades federais e grupos focais com a participação da comunidade acadêmica da UFTM, dentre discentes, docentes e técnicos administrativos. A partir disso, foi feito um diagnóstico organizacional que evidenciou a (in)segurança silenciosa que a UFTM vive, com problemas estruturais e organizacionais. Diante das constatações, foi elaborada uma proposta de intervenção, relacionada principalmente à criação de uma política de segurança institucional com gerenciamento de risco, com o intuito de oferecer segurança a toda comunidade acadêmica.

Palavras-chaves: Administração Pública. Segurança Universitária. Gestão de Riscos. Segurança Institucional.

ABSTRACT

The public safety is amongst the main social problems in Brazil and affects all aspects of society, including universities. The main objective of this research was to do a diagnosis of institutional security at the Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM (Federal University of the Triângulo Mineiro) with the purpose of subsidizing the development and implementation of a security policy in the university, and has as a specific objective to analyze the security policy of other universities which have a consolidated security policy, such as the Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (Federal University of Santa Catarina) and the Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (Federal University of Pernambuco). It is a case study, with bibliographical research, documentary, semi-structured interview and focal group. It is a qualitative, descriptive study and an applied research. Data collection consisted of interviews with those responsible for the safety of federal universities and focus groups with the participation of the UFTM academic community, among students, teachers and administrative technicians. An organizational diagnosis was done that showed the silent (in) security that UFTM is experiencing, owing to structural and organizational problems. In view of the findings, a proposal for intervention was elaborated, mainly related to the creation of an institutional security policy with risk management, in order to improve the security of the university.

Keywords: Public Administration. University Security. Risk Management. Institutional Security.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|-----------|---|----|
| Figura 1 | Distinção entre Política de Segurança Pública e Política Pública de Segurança..... | 22 |
| Figura 2 | Organograma da Secretaria Institucional da UFSC..... | 31 |
| Figura 3 | Organograma da Superintendência de Segurança Institucional da Universidade Federal de Pernambuco..... | 33 |
| Figura 4 | Síntese do gerenciamento de riscos da UFPE..... | 34 |
| Figura 5 | Ciclo de gerenciamento de riscos segundo o <i>The Orange Book</i> | 37 |
| Figura 6 | Cubo de COSO..... | 39 |
| Figura 7 | Processo de gestão de riscos sugerido pelo ISO31000..... | 40 |
| Figura 8 | Conceito de risco..... | 42 |
| Figura 9 | Processo de gestão de riscos..... | 45 |
| Figura 10 | Etapas metodológicas..... | 46 |
| Figura 11 | Exemplo da transcrição do grupo focal..... | 52 |
| Figura 12 | Processo utilizado para análise dos dados dos grupos focais..... | 53 |
| Figura 13 | Mapa de calor de índices de roubos e assaltos de Uberaba..... | 58 |
| Figura 14 | Posicionamento das câmeras da entrada principal do Centro Educacional.. | 62 |
| Figura 15 | Organograma da Pró-Reitoria de administração da UFTM..... | 65 |
| Figura 16 | Distância entre as Unidades Câmpus 1 e Biblioteca Central..... | 73 |
| Figura 17 | Distância entre as Unidades Centro Educacional e Biblioteca Central..... | 74 |
| Figura 18 | Distância entre as Unidades Centro Educacional e Câmpus I..... | 75 |
| Figura 19 | Distância entre as Unidades do Bairro N. Sra. da Abadia e Univerdecidade | 76 |
| Figura 20 | Esquema do diagnóstico sobre a insegurança na UFTM..... | 77 |
| Figura 21 | Esquema dos principais itens a compor a proposta de intervenção..... | 79 |
| Figura 22 | Organograma da estrutura organizacional da segurança da UFTM após a criação do Departamento de Segurança Civil e Patrimonial..... | 82 |
| Figura 23 | Modelo proposto para a gestão de riscos da UFTM..... | 83 |
| Gráfico 1 | Registro de homicídios causados por arma de fogo no Brasil entre 1984 e 2014..... | 21 |
| Gráfico 2 | Índice de registros de boletins de ocorrências..... | 21 |
| Gráfico 3 | Repasses feitos pelo MEC às Universidades Federais de 2012 a 2017..... | 69 |
| Gráfico 4 | Valor gasto pela UFTM com Vigilância Terceirizada..... | 70 |
| Quadro 1 | Taxa de homicídios no Mundo..... | 19 |

| | | |
|----------|--|----|
| Quadro 2 | Propostas e contribuições dos PNSP's..... | 23 |
| Quadro 3 | Roteiro para entrevistas nas Universidades..... | 47 |
| Quadro 4 | Nota de apresentação e explicação da entrevista..... | 49 |
| Quadro 5 | Roteiro do grupo focal..... | 50 |
| Quadro 6 | Análise de dados..... | 54 |
| Quadro 7 | Quadro de vigilantes federais e terceirizados da UFTM..... | 67 |
| Quadro 8 | Comparativo de vigilância entre UFPE, UFSC e UFTM..... | 71 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFB – Constituição Federal Brasileira

CGR/UFTM – Comitê de Governança, riscos e controles da UFTM

CGU – Controladoria Geral da União

COMSEG – Conselho Municipal de Segurança

CONSEG – Conferência Nacional de Segurança

CE – Centro Educacional

COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission

IFES – Instituição Federal de Ensino Superior

ISO – International Organization for Standardization

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FNSP – Fundo Nacional de Segurança Pública

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

MCIRCIG – Manual de Controle de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão

MEC – Ministério da Educação

MP – Ministério Público

MPF – Ministério Público Federal

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PF – Polícia Federal

PNSP – Plano Nacional de Segurança Pública

PRF – Polícia Rodoviária Federal

PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

PPA – Plano Plurianual

PPS – Política Pública de Segurança

PSP – Política de Segurança Pública

PUF – Polícia Universitária Federal

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RENASP – Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SEPLANSEG – Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública

SINESP – Sistema Nacional de Estatística

SUSP – Sistema Único de Segurança Pública

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro

UFRA – Universidade Federal Rural do Amazonas

SUMÁRIO

| | | |
|-------|--|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 13 |
| 1.1 | OBJETIVO..... | 15 |
| 1.2 | JUSTIFICATIVA..... | 15 |
| 2 | REFERENCIAL TEÓRICO | 18 |
| 2.1 | (IN)SEGURANÇA CIVIL E SOCIAL..... | 18 |
| 2.2 | SEGURANÇA PÚBLICA..... | 20 |
| 2.3 | POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA..... | 22 |
| 2.3.1 | Políticas Públicas Federais de Segurança | 23 |
| 2.3.2 | Política de Segurança Institucional | 27 |
| 2.4 | SEGURANÇA NAS UNIVERSIDADES..... | 28 |
| 2.4.1 | Recursos Humanos na Segurança Universitária Federal | 29 |
| 2.4.2 | Política de Segurança nas Universidades Federais | 30 |
| 2.5 | GESTÃO DE RISCOS..... | 36 |
| 2.5.1 | Metodologia The Orange Book | 37 |
| 2.5.2 | Metodologia COSO ERM | 38 |
| 2.5.3 | Metodologia ISO31000 | 40 |
| 2.6 | GESTÃO DE RISCOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA..... | 41 |
| 2.6.1 | Gestão de Riscos na UFTM | 43 |
| 2.6.2 | Gestão de Riscos na Segurança Universitária | 44 |
| 3 | METODOLOGIA | 46 |
| 3.1 | TIPO E MÉTODO DA PESQUISA..... | 46 |
| 3.2 | INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS..... | 47 |
| 3.3 | ANÁLISE DE DADOS..... | 50 |
| 3.4 | ASPECTOS ÉTICOS..... | 54 |
| 4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES | 56 |
| 4.1 | A UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO – UFTM.... | 56 |
| 4.2 | SEGURANÇA NO ENTORNO DA UNIVERSIDADE..... | 57 |
| 4.3 | CONTROLE NA ENTRADA DAS UNIDADES..... | 59 |
| 4.4 | CÂMERAS DE VIGILÂNCIA..... | 61 |
| 4.5 | DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL..... | 63 |

| | | |
|-------|---|------------|
| 4.6 | VIGILANTES NAS UNIDADES DA UFTM..... | 66 |
| 4.7 | TRANSIÇÃO ENTRE UNIDADES DA UFTM..... | 71 |
| 4.8 | PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES DA PESQUISA..... | 77 |
| 5 | PROPOSTA DE INTERVENÇÃO..... | 79 |
| 5.1 | POLÍTICA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA UFTM..... | 79 |
| 5.1.1 | Infraestrutura..... | 80 |
| 5.1.2 | Departamento de Segurança..... | 81 |
| 5.1.3 | Gestão de Riscos..... | 82 |
| 5.1.4 | Segurança Pública..... | 83 |
| 5.1.5 | Recursos Humanos..... | 84 |
| 5.1.6 | Comunidade Acadêmica..... | 84 |
| 5.1.7 | Participação Social..... | 85 |
| 5.1.8 | Minuta..... | 85 |
| 6 | LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS..... | 86 |
| 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 87 |
| | REFERÊNCIAS..... | 89 |
| | APÊNDICE A..... | 101 |
| | APÊNDICE B..... | 106 |
| | ANEXO I..... | 112 |

1 INTRODUÇÃO

As sociedades modernas são construídas sobre o alicerce da insegurança, pois não encontram em si a capacidade de assegurar proteção, mesmo que o Estado tenha encontrado na promessa de proteção sua “razão de ser” e seu direito à obediência dos cidadãos (CASTEL, 2005; BAUMAN, 2008).

Como em todo Estado de Direito, no Brasil, a segurança está entre os direitos básicos do cidadão, de acordo com o artigo 6º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Porém, a falta de segurança pública é um dos principais problemas do país e incide sobre todas as esferas da sociedade (GUIMARÃES, 2014).

Neste contexto de falta de segurança pública brasileira, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) também estão inseridas, haja vista que elas não são ilhas e não estão isoladas dos problemas que a sociedade enfrenta (NASCIMENTO, 2006; OLIVEIRA 2017).

Essa insegurança nas IFES ficou evidente após o vultoso crescimento das universidades federais em virtude do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado pelo Decreto nº 6096, de abril de 2007 e implementado pelo Ministério da Educação (MEC). Na ocasião, foram criadas novas universidades e ampliadas as já existentes (BRASIL, 2007). Como resultado dessa expansão das IFES, houve o aumento exponencial de ingressantes nas universidades e maior exposição das IFES aos problemas sociais enfrentados no cotidiano da população (CAMPOS; CARVALHO, 2014).

Além disso, o Decreto nº 4.547, de 27 de dezembro de 2002 (BRASIL, 2002) tornou extinto na Administração Pública Federal o cargo de vigilante e incluiu essa atividade entre as terceirizáveis, nos termos do Decreto nº 2.271 de 7 de julho de 1997 (BRASIL, 1997a). Isto impossibilitou as IFES de aumentarem o quadro de servidores públicos relativos à segurança; dessa forma, elas foram obrigadas a contratar o serviço de segurança terceirizado.

Com essa barreira imposta pelo Decreto nº 4.547 (BRASIL, 2002) e a expansão das IFES após o REUNI, a gestão da segurança tornou-se um problema para as IFES, em decorrência da falta de infraestrutura e de recursos humanos (NASCIMENTO, 2006; OLIVEIRA 2017). Algumas IFES conseguiram administrar o quadro de vigilantes que possuíam e, de forma eficiente, serviram-se dos profissionais da área para formular políticas efetivas, como é o caso da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) (NASCIMENTO, 2006; OLIVEIRA, 2017; UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2015).

Diante disso, o conceito “(in)segurança silenciosa” demonstra a atual situação da segurança nas IFES, assunto de extrema importância, porém não está em evidência. Muitas IFES não possuem políticas de segurança apesar de possuírem altos índices de criminalidade, tanto em seus câmpus como também no entorno. Assim, aguardam acontecer alguma tragédia para mobilizar ações de segurança (G1 RIO, 2018; SANTANA, 2018). Entretanto, há outras IFES que possuem gestões de políticas de segurança bem desenvolvidas, mas que são pouco divulgadas e não chegam ao conhecimento das demais (NASCIMENTO, 2006; OLIVEIRA, 2017; UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2015). Essa questão precisa ser exposta para fomentar pesquisas e estudos nessa área a fim de encontrar meios de proteção efetivos para a comunidade acadêmica.

É importante mencionar que a Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM tornou-se universidade apenas em 2005 e iniciou a expansão dos seus câmpus em 2007. Diante disso, não há ainda política de segurança institucional implantada, assim a universidade está suscetível à violência e à criminalidade experimentada também pela comunidade no seu entorno.

A segurança institucional engloba o conjunto de ações que visam à proteção e a salvaguarda da instituição e de seus integrantes, para neutralizar as ameaças protagonizadas por atores hostis e eventos naturais (BRASIL, 2015; BRASIL, 2017c; MANDARINI, 2005). Nesse contexto da segurança institucional, está inserida a segurança orgânica, que contempla as ações de segurança de pessoas, materiais, áreas e instalações (MANDARINI, 2005).

Entre os câmpus da UFTM, os mais suscetíveis à violência são os localizados no Bairro Nossa Senhora da Abadia, em Uberaba-MG. Nesse bairro estão localizadas várias unidades, dentre elas: Centro Educacional (CE), Câmpus 1 (C1), Biblioteca Central e Prédio da Reitoria (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2018). Segundo levantamento realizado pelo Conselho Municipal de Segurança (COMSEG), pertencente ao município de Uberaba-MG, há concentração de furtos de veículos e roubos no entorno das unidades localizadas no bairro Nossa Senhora da Abadia (OLIVEIRA, 2018). No ano de 2017, os alunos da UFTM, durante visita do então Ministro da Justiça Torquato Jardim, na cidade de Uberaba-MG, realizaram manifestações com reivindicações por segurança efetiva nas adjacências das unidades (G1 TRIANGULO MINEIRO, 2017).

Quanto à pesquisa, o método utilizado foi o Estudo de Caso, o qual Yin (2001) diz ser adequado quando são propostas questões de pesquisa do tipo “como” e “por que”, e nas quais o pesquisador tenha baixo controle de uma situação que, por sua natureza, esteja inserida em contextos sociais. Segundo Rocha (2016), o Estudo de Caso é aplicado quando o pesquisador

busca a compreensão extensiva, com mais objetividade e validade conceitual. Na coleta de dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com os responsáveis pela segurança das Universidades Federais de Santa Catarina e de Pernambuco, bem como grupos focais, formados pela comunidade acadêmica da UFTM. Para a análise dos dados, foi utilizado o método análise de conteúdo, com o auxílio do *software* NVivo12.

Assim, o presente estudo está estruturado em quatro partes. Inicialmente, no referencial teórico, apresenta-se o panorama da segurança pública no país e as principais políticas de segurança implementadas nos últimos 30 anos, além da abordagem sobre a aplicação de política de segurança nas universidades brasileiras e o conceito de gestão de riscos em instituições públicas. Na sequência, apresenta-se a metodologia de pesquisa aplicada; em seguida, os resultados e discussões; por fim, a proposta de intervenção.

1.1 OBJETIVOS

O objetivo desta pesquisa foi realizar o diagnóstico da segurança institucional na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), de forma a subsidiar o desenvolvimento e implantação de uma política de segurança institucional participativa. Desse modo, espera-se que toda a comunidade acadêmica possa participar e dar opiniões, para alcançar o modelo de gestão de segurança que se encaixe nas particularidades da UFTM.

Os objetivos específicos deste trabalho consistiram em: identificar os principais problemas estruturais e organizacionais da segurança da UFTM, buscar na literatura a base das políticas de segurança, assim como formas de gestão de riscos aplicados em órgãos públicos e universidades; por fim, analisar a gestão da segurança na Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal de Pernambuco.

1.2 JUSTIFICATIVA

A cidade de Uberaba-MG, assim como outras cidades brasileiras, possui problemas relacionados à segurança, os quais são evidenciados pelos mais diferentes meios de comunicação (G1 TRIANGULO MINEIRO, 2017; G1 TRIANGULO MINEIRO, 2018; SANTANA, 2018). Essa falta de segurança, que afeta a sociedade, provoca apreensão na população e gera discussões de autoridades e especialistas na área (SOARES, 2009; SOARES 2011; HORTA, 2016; OLIVEIRA, 2017). Neste contexto de insegurança, estão inseridas as universidades, que são reflexo da sociedade (NASCIMENTO, 2006; OLIVEIRA 2017).

Conforme afirmam Cubas *et al.* (2013), com frequência, a comunidade universitária é testemunha, direta ou indiretamente, de ocorrências relacionadas à segurança. Partes destas ocorrências são oficialmente conhecidas e divulgadas pela imprensa e outra parte acaba por ser disseminada e circula apenas no interior das universidades, o que contribui para a sensação de insegurança. Este cenário se repete nos câmpus de outras instituições de ensino do Brasil (CUBAS *et al.*, 2013).

Na UFTM, há insegurança evidenciada no ambiente acadêmico e no entorno de todas as suas unidades. Entre elas, destacam-se as unidades localizadas do Bairro Nossa Senhora da Abadia, onde há sérios problemas de violência e roubos (OLIVEIRA, 2018). Diante disso, é dever da universidade oferecer segurança à comunidade acadêmica, pois é um ambiente de transmissão e troca de conhecimentos (PIROLO; MORESCO, 2012).

Segundo Oliveira (2017), a violência não se combate apenas com ação policial ou repressão: há meios preventivos e educativos que podem ser desenvolvidos por meio de pesquisas e participação social (CANO, 2006; SOARES, 2009; SOUZA, 2010; DURANTE; SANDES, 2009; OLIVEIRA, 2011; CÂMARA, 2016; HORTA, 2016). Porém, há a necessidade de enfrentamento dessas demandas de imediato, seja por intermédio de ações estratégicas ou investimento em equipamentos que priorizem a segurança das pessoas e do patrimônio público (OLIVEIRA, 2017).

Todavia, a UFTM não possui departamento exclusivo para o tratamento das demandas de segurança, assim como não possui política de segurança institucional, o que demonstra a fragilidade e vulnerabilidade da universidade quanto à segurança (HORTA, 2016). Isso faz com que a universidade não tenha planejamento ou ações estratégicas para lidar com a insegurança evidenciada em suas unidades (OLIVEIRA, 2011; G1 TRIANGULO MINEIRO, 2017; UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO, 2018).

Diante disso, faz-se necessária a implantação de uma política de segurança institucional baseada em gestão de riscos na UFTM e a criação de um departamento de segurança com o intuito de viabilizar e normatizar ações de tratamento e enfrentamento das demandas de segurança da instituição (COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION, 2007; HM TREASURY, 2004; INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, 2009; BRASIL, 2017c; UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2015; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2018; UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA, 2018).

Vale ressaltar também a escassez de pesquisas sobre o tema em questão. Devido a essa

carência de subsídios científicos, mostra-se de fundamental importância a produção acadêmica sobre o assunto.

Com isso, o presente trabalho pode propiciar melhorias na segurança das unidades da UFTM, com integração da comunidade neste processo de construção, além de contribuir para a melhoria da segurança pública no entorno de suas unidades.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, apresenta-se a revisão bibliográfica com base em livros, textos, leis, artigos, dissertações, teses, bem como outras publicações, que buscam oferecer subsídios para a fundamentação teórica e conceitual de temas sobre segurança, políticas de segurança pública, abordagens sobre aplicação de políticas de segurança, gestão de risco e sua aplicação em órgãos públicos e universidades. Em razão do objetivo deste trabalho, a literatura de gestão de risco está direcionada para a administração pública, já a segurança está sob a perspectiva das IFES brasileiras.

2.1 INSEGURANÇA CIVIL E SOCIAL

A angústia de um futuro incerto diante de numerosos riscos, sejam eles civis ou sociais, faz surgir sistemas de proteção cada vez mais sofisticados e individuais, e levanta uma questão indagada por Castel (2005): o que é ser protegido? Esse autor também distingue dois grandes tipos de proteção: a proteção social que engloba os principais riscos suscetíveis de acarretar uma degradação da situação dos indivíduos, como doenças, acidentes e velhice sem recursos; e a proteção civil, que garante as liberdades fundamentais e defende a segurança dos bens e das pessoas no quadro de um Estado de Direito (CASTEL, 2005; BAUMAN, 2008; SILVEIRA, 2018).

Apesar de a proteção absoluta ser utopia (CASTEL, 2005), as formas de proteção civil oferecidas pelo Estado são necessárias, pois a modernização tornou as relações sociais muito complexas e distanciou os indivíduos da proteção dos seus grupos nas esferas familiar e social. No entanto, essa proteção não deve abusar do autoritarismo, pois entraria em contradição com os princípios do Estado de Direito e poderia ameaçar a democracia (CASTEL, 2005). Sem essas “garantias” de proteção, têm-se as rupturas e as crises que levam à insegurança civil e se tornam um drama social. A violência é a prova disso (CASTEL, 2005; BAUMAN, 2008; SILVEIRA, 2018).

Nesse sentido, os dados apresentados pelo Instituto Igarapé, em 2018, revelam que a insegurança civil está mais presente nos países da América Latina, junto com alguns países da África, como mostra o quadro 1, o qual revela os 20 países mais violentos do mundo (INSTITUTO IGARAPÉ, 2018).

Quadro 1 – Taxa de homicídios no mundo

| | País | Região | Número Absoluto de Homicídios | Taxa de Homicídios (por 100 mil) | Ano |
|----|--------------------------|----------------|-------------------------------|----------------------------------|------|
| 1 | El Salvador | América Latina | 3954 | 60.0 | 2017 |
| 2 | Jamaica | América Latina | 1616 | 56.0 | 2017 |
| 3 | Venezuela | América Latina | 16.046 | 53.7 | 2017 |
| 4 | Honduras | América Latina | 3791 | 42.8 | 2017 |
| 5 | São Cristóvão e Nevis | América Latina | 23 | 42.0 | 2017 |
| 6 | Lesotho | África | 897 | 41.2 | 2015 |
| 7 | Belize | América Latina | 142 | 37.2 | 2017 |
| 8 | Trinidad e Tobago | América Latina | 494 | 36.0 | 2017 |
| 9 | São Vicente e Granadinas | América Latina | 39 | 35.5 | 2016 |
| 10 | África do Sul | África | 18673 | 34.3 | 2015 |
| 11 | Santa Lúcia | América Latina | 57 | 34.0 | 2017 |
| 12 | Bahamas | América Latina | 123 | 31.0 | 2017 |
| 13 | Brasil | América Latina | 57395 | 27.8 | 2016 |
| 14 | Guatemala | América Latina | 4410 | 26.1 | 2017 |
| 15 | Antígua e Barbuda | América Latina | 20 | 25.0 | 2017 |
| 16 | Colômbia | América Latina | 10200 | 22.0 | 2017 |
| 17 | México | América Latina | 25339 | 20.4 | 2017 |
| 18 | Porto Rico | América Latina | 670 | 19.4 | 2017 |
| 19 | Namíbia | África | 372 | 17.2 | 2012 |
| 20 | República Dominicana | América Latina | 12 | 16.7 | 2013 |

Fonte: Adaptado de Instituto Igarapé, 2018.

O Brasil é o 13º país mais violento do mundo. Apesar de possuir apenas 3% da população mundial, responde por 13% dos assassinatos do planeta, o que corresponde a cinco pessoas mortas por arma de fogo a cada hora, ou seja, é um país com risco de violência cotidiana (INSTITUTO IGARAPÉ, 2016; SILVEIRA, 2018).

Desse modo, as falhas na proteção dos indivíduos resultam em crise, posicionam o Estado no centro do debate público e colocam sob questionamento as políticas de segurança pública adotadas pelos governos.

Os próximos tópicos tratarão de temas fundamentais para a compreensão dessa “proteção” oferecida pelo Estado de Direito, tendo o Brasil em foco por se tratar do objetivo dessa pesquisa.

2.2 SEGURANÇA PÚBLICA

O tema segurança pública está incluso na pauta de discussão de diversos governos e organizações mundiais devido à sua relevância. O crescente aumento dos índices de violência e criminalidade não é exclusividade apenas dos países em desenvolvimento; os chamados países de “primeiro mundo” também são acometidos por esse problema, entretanto o tema segurança pública ainda não está consolidado como uma área do conhecimento (TRUPELL, 2015).

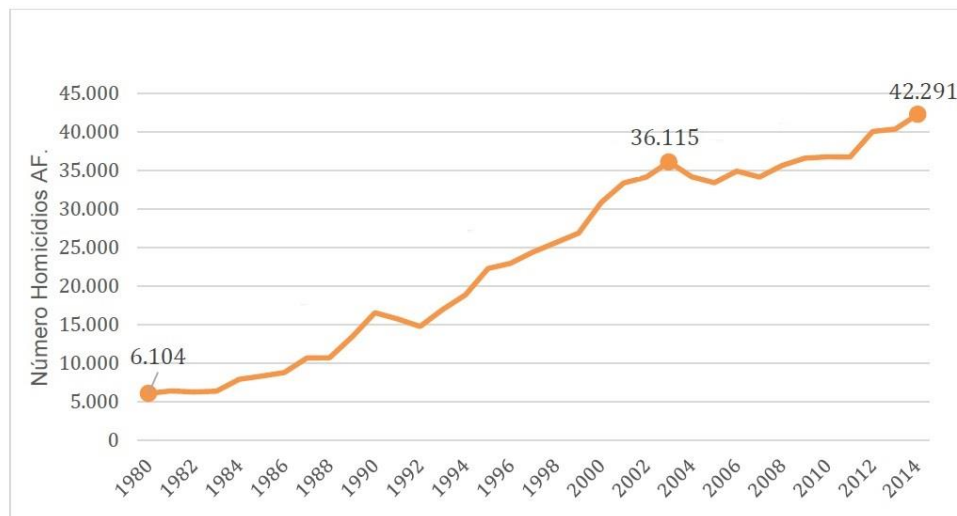
A Constituição Federal Brasileira de 1988 assegura de forma expressa no seu artigo 6º que a segurança é um dos direitos sociais fundamentais (BRASIL, 1988). Em seu artigo 144, a Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988) versa sobre o tema segurança pública de forma mais específica. Este dispositivo dispõe que a segurança pública é dever do Estado e direito de todos. Além disso, determina quais são os órgãos responsáveis pela preservação da ordem pública, conforme abaixo transcrito:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
I – polícia federal;
II – polícia rodoviária federal;
III – polícia ferroviária federal;
IV – polícias civis;
V – polícias militares e corpos de bombeiros militares. (BRASIL, 1988)

Waiselfisz (2016) demonstra que os índices de criminalidade cresceram muito desde o ano de 1980 e estão relacionados ao aumento da população brasileira, além da falta de políticas sociais por parte do governo, o que corrobora para a situação precária na qual se encontra a segurança pública brasileira (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

A seguir, o gráfico 1 apresenta o crescimento da criminalidade em relação ao número de homicídios causados por arma de fogo, registrado entre 1980 e 2014, que mostra aumento de 592% neste período.

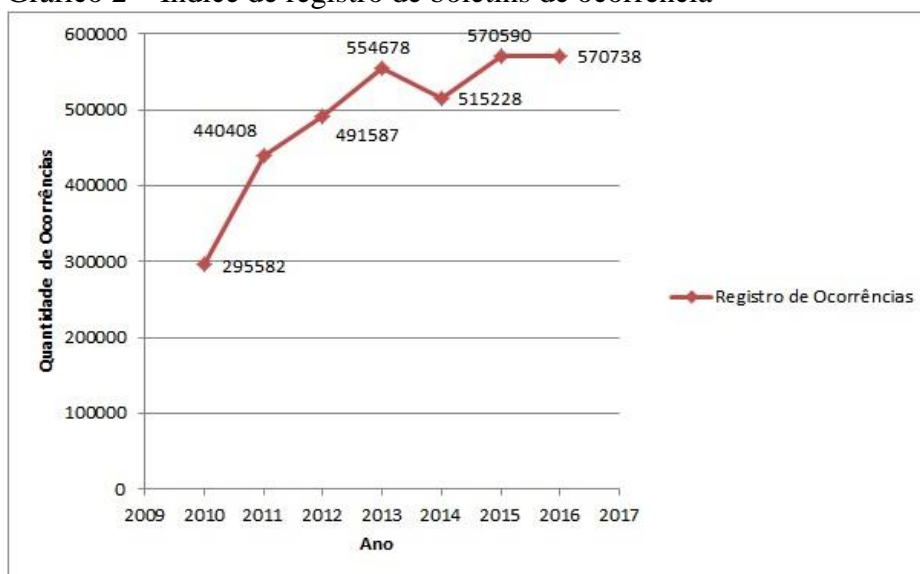
Gráfico 1 – Registro de homicídios causados por arma de fogo no Brasil entre 1980 e 2014.



Fonte: Waiselfisz, 2016

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP (2017) revela que, no Brasil, houve 61.283 mortes violentas em 2016 e o crescimento de 50% de latrocínios entre os anos de 2010 e 2016. O gráfico 2, abaixo, aponta que o índice de registros de Boletins de Ocorrências – BO, em todo o território nacional, para crimes, como estupro, homicídio, furto de veículo, latrocínio entres outros, apresentou aumento de 93% no período de 2010 a 2016 (BRASIL, 2018d).

Gráfico 2 – Índice de registro de boletins de ocorrência



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018. Baseado em BRASIL, 2018d.

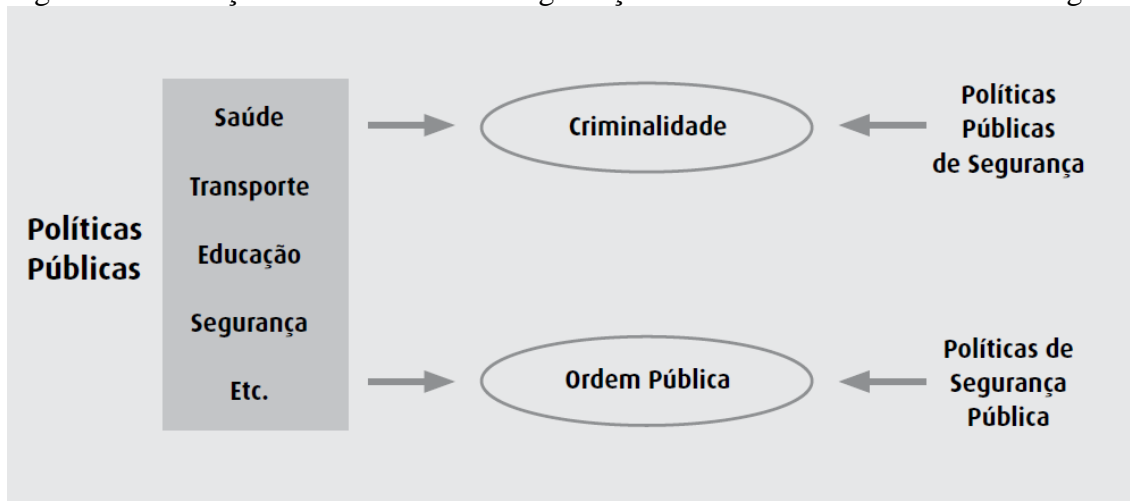
Para diminuir a criminalidade, os governos contam com as políticas públicas de

segurança, as quais serão abordadas no próximo tópico.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA

A Política Pública de Segurança (PPS) envolve políticas do governo e políticas sociais que causam impacto na violência e na criminalidade. É importante distingui-la da Política de Segurança Pública (PSP), relacionada a ações de cunho específico, como a atuação de policiais em sentido estrito, com o objetivo de manter a ordem pública (OLIVEIRA, 2002; XAVIER, 2007, FILOCRE, 2009). A figura 1 retrata essas distinções.

Figura 1 – Distinção entre Políticas de Segurança Públicas e Política Pública de Segurança



Fonte: Filocre, 2009.

Portanto, o conceito de segurança pública é amplo, não se limitando à política do combate à criminalidade e não se restringindo à atividade policial. A segurança pública está estreitamente ligada às questões sociais, econômicas e culturais que envolvem uma sociedade (AZEVEDO; SANTOS, 2013; HORTA, 2016). De forma reiterada, as PPS apresentam caráter de PSP, pois, apesar de possuírem intuito preventivo, elas se tornam repressivas (FILOCRE, 2009). Adorno (1996), Bengochea et al. (2004) e Saporì (2007), definem PSP como o modo de instituir mecanismos e estratégias de controle social, bem como a forma de enfrentar a violência e a criminalidade, com a aplicação de meios racionais de punição.

Cano (2006) e Soares (2009) enfatizam que planejamento, objetivos e avaliação são ações fundamentais para o sucesso de uma PPS. Souza (2010), Durante e Sandes (2009), Oliveira (2011), Câmara (2016) e Horta (2016) citam a importância da participação social no processo que delinea as políticas de segurança.

Nessa conjuntura, a diferença entre PSP e PPS é ferramenta importante para mapear as responsabilidades (OLIVEIRA, 2002). Nesta pesquisa, foram adotados ambos os conceitos, PSP e PPS, pois, para elaborar uma política de segurança institucional, deve haver ações estratégicas, como também participação social, para enfrentamento da criminalidade.

2.3.1 Políticas Públicas Federais de Segurança

A Constituição Federal Brasileira de 1988, ao incluir a segurança entre os direitos sociais fundamentais, estabeleceu um novo paradigma para essa política pública, pois transferiu para o Estado a responsabilidade de manter a ordem pública, porém de forma preventiva e não mais autoritária (PLANO, 2000). O quadro 2 apresenta as principais propostas e contribuições dos Planos Nacionais de Segurança Pública (PNSP), a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Quadro 2 – Propostas e contribuições dos PNSP's

(Continua)

| Governo e Ano | Principais Objetivos dos PNSP's | Principais Contribuições à Segurança Pública |
|-------------------------|---|--|
| FHC – 1994/2002 | <ul style="list-style-type: none"> - Mudar o Paradigma da Política Pública de Segurança; - Aperfeiçoar o sistema de segurança pública brasileira por meio de propostas que integrem políticas de segurança, políticas sociais e ações comunitárias. | <ul style="list-style-type: none"> - Criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP); - Criação do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). |
| LULA – 2003/2010 | <ul style="list-style-type: none"> - Criar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP); - Criar uma Política de Segurança Pública fundamentada em princípios democráticos, humanitários e interdisciplinares, que promova a participação da sociedade na cultura da paz, a médio e longo prazo. | <ul style="list-style-type: none"> - Estruturação de critérios técnicos para a distribuição dos recursos do FNSP; - Criação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal (SINESP-JC); - Criação da Matriz Curricular Nacional; - Criação da Coordenação de Prevenção; - Criação dos Gabinetes de Gestão Integrados; - Primeira Conferência Nacional de Segurança; - Criação da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENASP). |

Quadro 2 – Propostas e contribuições dos PNSP's (Conclusão)

| Governo e Ano | Principais Objetivos dos PNSP's | Principais Contribuições à Segurança Pública |
|--------------------------|---|---|
| Dilma – 2011/2017 | <ul style="list-style-type: none"> - Combater o crime organizado e o crime comum, para consolidar a mudança de paradigma da segurança pública; - Implementar programas sociais com foco no jovem e a mobilização da sociedade; - Capacitar os policiais e os profissionais da área de segurança pública. | <ul style="list-style-type: none"> - Criação do Programa de Saúde e Assistência Social Contra o Crack; - Integração das Polícias: Federal, Rodoviária Federal e Força Nacional; - Tornou o SINESP - JC uma lei federal; - Criação do Estatuto das Guardas Municipais. |
| Michel Temer – 2017/2018 | <ul style="list-style-type: none"> - Reduzir os homicídios, combater o crime organizado e modernizar o sistema prisional. | <ul style="list-style-type: none"> - Criação do Ministério da Segurança pública; - Aprovação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018. Baseado em Azevedo; Santos, 2013; Brasil, 1995, Brasil, 2014; Brasil, 2017; Brasil, 2018a; Brasil, 2018b; Carvalho, 2018; Horta, 2016; Lopes, 2008; Plano, 2000; Pirolo; Moresco, 2012; Soares, 2017; Winogron, 2015.

O primeiro órgão civil responsável pela segurança pública foi a Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública (SEPLANSEG), instituído em 1995 pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Esse órgão foi criado por intermédio da Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995, e defendia debelar a herança autoritária da ditadura (BRASIL, 1995).

Em 1997, a SEPLANSEG foi transformada na Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), por meio do Decreto nº 2.315, de 4 de setembro de 1997 (BRASIL, 1997b). A SENASP foi o primeiro órgão não militar da história do Brasil voltado para a elaboração de políticas públicas na área de segurança. Entretanto, no decurso de quase todo o Governo FHC, a SENASP foi presidida somente por oficiais militares, o que a fez manter características repressivas (GONÇALVES, 2009).

Em 2001, no final do segundo mandato de FHC, foi lançado o primeiro Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP). Entre os principais objetivos do PNSP, estava o aperfeiçoamento do sistema de segurança pública brasileira por meio de propostas que integrassem políticas de segurança, políticas sociais e ações comunitárias, de forma a reprimir e a prevenir os crimes, bem como reduzir a impunidade, o que levaria ao aumento da segurança e da tranquilidade dos cidadãos (LOPES, 2008).

Nesse PNSP foi criado o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), nos termos da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, com o objetivo de apoiar projetos de responsabilidade dos Governos dos Estados e do Distrito Federal, na área de segurança pública, e dos Municípios, onde existiam guardas municipais (BRASIL, 2001). Porém, o

PNSP não alcançou o objetivo esperado e, com isso, produziu pouco impacto na redução da violência no país (SOARES, 2009; WINOGRON, 2015; HORTA, 2016).

Devido à ineficiência do primeiro PNSP, foi lançado o segundo, no ano de 2003, durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Este plano teve como prioridade o fortalecimento institucional da segurança pública, cuja proposta era a criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Segundo Winogron (2015), o projeto defendia a criação de gabinetes estaduais de gestão integrada, um espaço de inter-relação dos atores da segurança, justiça e políticas sociais, capaz de produzir diagnósticos, planos de ação, monitoramento e inserção da participação da sociedade. Era um modelo participativo, baseado na combinação entre planejamento coletivo e monitoramento permanente (SOARES, 2009).

Apesar da resistência política a esse PNSP, foi possível a implementação de projetos importantes, tais como: a estruturação de critérios técnicos para a distribuição dos recursos do FNSP; a criação da Matriz Curricular Nacional, que serviu como base para a criação da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP); o Sistema Nacional de Estatísticas (SINESP-JC); a criação da Coordenação de Prevenção; e a criação dos Gabinetes de Gestão Integrada dos Estados, como órgãos centrais de governança (SOARES, 2009; WINOGRON, 2015).

No segundo mandato de Lula em 2007, foi lançado o terceiro PNSP federal, denominado Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) (CARVALHO; SILVA, 2011; WINOGRON, 2017). Este programa, com recurso financeiro inédito no valor de R\$ 6,707 bilhões até 2012, baseava-se conceitualmente nos marcos da Segurança Cidadã, fundamentada em princípios democráticos, humanitários e interdisciplinares (WINOGRON, 2015).

O PRONASCI tinha como propósito a participação da sociedade na cultura da paz, a médio e longo prazo, por meio da articulação entre políticas de segurança e ações sociais. Foi a primeira vez que o governo federal implantou claramente programas sociais de prevenção à violência (AZEVEDO; SANTOS, 2013; CARVALHO; SILVA, 2011; SOARES, 2009).

Apesar de ter sido planejado com base em uma metodologia moderna e inclusiva, o PRONASCI não obteve o resultado esperado e várias ações não foram executadas. A carência de recursos humanos e de infraestrutura foram as principais barreiras enfrentadas pelo plano que não conseguiu se institucionalizar e se transformar no sistema de ações sociais permanentes (WINOGRON, 2015).

Porém, a segurança pública obteve méritos em alguns projetos relacionados ao PRONASCI, destacando-se: a primeira Conferência Nacional de Segurança Pública

(CONSEG), que foi considerado um marco da participação social na PPS brasileira, realizada em 2009, com a participação de 250 mil presentes; o notável resultado do RENASP, que, entre 2006 e 2007, já havia formado 880 profissionais e, entre 2008 e 2011, formou o total de 4726 profissionais em todo o país; finalmente, a queda de indicadores de criminalidade em municípios que implantaram o programa de forma coordenada e integrada (AZEVEDO; SANTOS, 2013; CARVALHO; SILVA, 2011; WINOGRON, 2015).

Assim, a princípio, a segurança pública demonstrava melhorias devido à política mais participativa e preventiva (AZEVEDO; SANTOS, 2013). Porém, durante o primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014), aconteceram mudanças nas ações do governo federal em relação à segurança pública, que contradiziam os princípios do PRONASCI. Dentre estas mudanças, destacam-se a redução do papel da União como indutor de políticas federativas e a diminuição dos programas preventivos e de policiamento de proximidade, com a priorização das ações de cunho repressivo (AZEVEDO; SANTOS, 2013). O Governo de Dilma manteve o PRONASCI no Plano Plurianual (PPA), mas com outro foco. Ademais, criou o Programa de Saúde e Assistência Social contra o Crack, integrou os sistemas de informação, fortaleceu a Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), a Força Nacional e delineou como papel das Forças Armadas as fronteiras para controle do crime organizado (WINOGRON, 2015).

No segundo mandato de Dilma Rousseff, da mesma forma que aconteceu em uma parte de seu primeiro governo, as ações foram de encontro ao PRONASCI e importantes fatores anteriormente conquistados foram preteridos. As ações de efeitos imediatistas foram priorizadas: houve o investimento em aparelhos de repressão, foram delegados poderes de caráter social às forças armadas e a participação social foi desprezada; desse modo, inúmeras críticas foram geradas pela sociedade civil e por entidades, como a própria SENASP (WINOGRON, 2017).

Dentre os projetos de destaque na segurança pública no último governo de Dilma, estão: a aprovação da Lei nº 12.681, regulamentada por meio do Decreto 8.075 de 14 de agosto de 2013, o Programa SINESP- JC; e o estatuto das Guardas Municipais, lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014, que preambula o conjunto de mecanismos de desmilitarização das Guardas Municipais (BRASIL, 2012; BRASIL, 2014).

Em 2017, após o processo de impeachment de Dilma Rousseff, foi apresentado pelo então presidente da república Michel Temer, durante uma crise que se instalou em diversos presídios do país, o quarto PNSP brasileiro. Com o objetivo de reduzir homicídios, combater o crime organizado e modernizar o sistema prisional, o quarto PNSP foi descrito como

“realista” pelo então ministro da Justiça, Alexandre de Moraes (PLANO 2017).

Entretanto, o plano foi considerado genérico por especialistas que criticaram os 62 slides apresentados pelo ministro pela falta de requisitos necessários para uma política pública. Assim, conforme previsto por especialistas em segurança pública, o PNSP não alcançou os objetivos almejados, apresentou diversas deficiências e pouco resultado (SOARES, 2018; CARVALHO, 2018; BRASIL, 2018c).

Ainda durante a gestão do presidente Michel Temer, no dia 26 de fevereiro de 2018, foi criado o Ministério da Segurança Pública, de caráter extraordinário, por meio da Medida Provisória 821, com a nomeação de Raul Jungmann para ministro. Entre as principais atribuições do novo ministério, estava a integração da segurança pública no território nacional, em cooperação com os estados, os municípios e o Distrito Federal, cuja competência era planejar e administrar a política penitenciária nacional, além de coordenar a ouvidoria das polícias federais. (MAZUI; PALMA 2018; BRASIL, 2018a).

No dia 11 de junho de 2018, Michel Temer sancionou o quinto PNSP, denominado Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Junto com o plano, também foi sancionado o SUSP (BRASIL, 2018b; AMARAL, 2018).

2.3.2 Política de Segurança Institucional

A política de segurança institucional parte do princípio das políticas públicas, está, contudo, limitada a uma determinada instituição. Segundo Brasil (2017c), a política de segurança institucional constitui as diretrizes gerais que orientam a tomada de decisões e a elaboração de normas, processos, práticas e técnicas de segurança da instituição.

Segundo Horta¹ (2016), essas políticas são justificadas devido ao número de notícias sobre atentados, violações e invasões ocorridas dentro das instituições que crescem a cada ano, o que gera a necessidade de abrir discussões acerca de normas e condutas nesses ambientes, na tentativa de resguardar o patrimônio e a integridade física de seus integrantes.

Horta (2016) ainda cita que a falta de política de segurança institucional mostra a fragilidade e vulnerabilidade de uma instituição.

¹ Rodrigo Otávio da Silva Horta é Técnico de Segurança Institucional e Transporte do Ministério Público Federal. Coordenador Administrativo da Procuradoria da República no Município de Teófilo Otoni-MG. Especialista em Gestão Pública pela Faculdade Educacional da Lapa (Fael) e Bacharel em Direito pelo Instituto Ensinar Brasil (Doctum).

Soares (2011), especialista em inteligência operacional, lamenta que essa questão de segurança institucional não seja assunto constante nos órgãos públicos e cita que as autoridades e dirigentes do poder público não compreendem essa questão como prioridade.

Desse modo, para a criação da política de segurança institucional, segundo Brasil (2017c), deve haver o apoio e o comprometimento de todos os níveis de direção e chefia da instituição. Nessa direção, Horta (2016) complementa que, para a política de segurança institucional alcançar a identidade, as ações de segurança devem alcançar as várias estruturas organizacionais da instituição. Outrossim, Câmara (2016) afirma que deve haver também a participação e o envolvimento da sociedade, no caso de universidades, a comunidade acadêmica e membros externos.

Brasil (2017c, pag. 02) exprime que a atividade de segurança institucional se desenvolva em todo âmbito da instituição e parte dos seguintes princípios:

- I – proteção aos direitos fundamentais e respeito aos princípios constitucionais da atividade administrativa;
- II – Orientação de suas práticas ética profissional e pelos valores fundamentais do Estado Democrático de Direito;
- III – atuação preventiva e proativa, de modo a possibilitar a antecipação às ameaças e ações hostis e suas neutralização;
- IV – profissionalização e caráter perene da atividade, inclusive com conexão com outras áreas internas para a proteção integral da instituição e seus integrantes;
- V – integração do Ministério Público com outros órgãos essenciais à atividade de segurança institucional;
- VI – orientação da atividade às ameaças reais ou potenciais à instituição e seus integrantes, inclusive no que tange aos efeitos de acidentes naturais; e
- VII – salvaguarda da imagem da Instituição, evitando suas exposição e exploração negativas.

As informações obtidas sobre política de segurança institucional se encaixam em um dos deveres das universidades federais brasileiras: o de fornecer suporte à segurança para toda comunidade acadêmica (OLIVEIRA, 2017).

2.4 SEGURANÇA NAS UNIVERSIDADES

O tema segurança nas universidades é recente na literatura, uma vez que a maior parte dos estudos é referente a universidades norte-americanas. No Brasil, esse tema é encontrado em reportagens na *internet*, fóruns e em algumas monografias e dissertações relacionadas às universidades federais (CUBAS et al., 2013). Estas, como instituições públicas, são ambientes de transmissão e trocas de conhecimentos, lugar no qual todas as pessoas deveriam se sentir seguras. No entanto, refletem as situações vividas pela sociedade, e são frequentes as ocorrências de furtos, assaltos, homicídios, estupro e tráfico de drogas no ambiente das